

# A CARTILHA JEITO UNOESC DE CONVIVER E SUAS RELAÇÕES COM O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Jackson Gerson Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

Neste artigo apresenta-se uma análise sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, processo e sujeitos que se tornaram o escopo dos debates sobre inclusão, ensino e aprendizagem. Destaca-se que várias pesquisas sobre o processo de inclusão, desenvolvidas ao longo da história, objetivaram analisar e demonstrar o aspecto de socialização das pessoas com deficiência e suas relações com o meio social, principalmente em ambientes de ensino. Nesse sentido, objetivou-se neste trabalho analisar, além do aspecto de socialização, aspectos relevantes em face do processo de ensino e aprendizagem dos acadêmicos da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). A análise toma como referência os materiais orientadores do processo de inclusão da Unoesc, a saber, a cartilha Jeito Unoesc de Conviver. Os resultados apontam que o material orientador da Unoesc subsidia as práticas dos professores e os orienta no processo de ensino dos acadêmicos com deficiência, além disso orienta a elaboração e a organização do ensino. Palavras-chave: Inclusão. Ensino superior. Ensino e aprendizagem. Deficiências. Materiais de orientação.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se da inclusão das pessoas com necessidades especiais, pois, no decorrer de muitos anos, diversos acontecimentos foram vivenciados e encarados por elas desde quando eram consideradas “diferentes” pelas sociedades até os dias de hoje, em que muito se tem feito para a inclusão dessas pessoas nos espaços públicos.

Segundo Mantoan (2015), não se pode esquecer o que se revela sobre a história das pessoas com deficiência, que por muitas décadas foram excluídas tanto no âmbito escolar quanto pela sociedade em geral, sendo alegado que não eram capazes de acompanhar as pessoas consideradas “normais”. As situações eram as mais diversas possíveis, pois elas eram vistas apenas como indivíduos “anormais”, não possuindo importância alguma para a comunidade.

As políticas de Educação Especial vieram para mudar essa visão adotada e desenvolvida dentro da educação. Documentos e ações legais ajudaram a reforçar a educação inclusiva, aos poucos, foram fortalecendo e dando um novo rumo para o ensino especial (MANTOAN, 2015).

Segundo Pletsch (2011), nos últimos anos as políticas de inclusão vieram ganhando espaço, principalmente quando se refere à expressão *educação inclusiva*. As ações continuam sendo desenvolvidas e têm como base uma *educação para todos*, sendo inspiradas em pressupostos que asseguram um ensino baseado na equidade.

É um direito de todas as pessoas com necessidades especiais estar inseridas na sociedade, em escolas e instituições de ensino superior, tendo o direito a uma educação igualitária, contínua e à saúde e lazer. Para que isso seja realizado são necessários maiores investimentos e estruturas para inseri-los nesses meios, com objetivo de formar cidadãos independentes e com potencial, com intuito de ter uma qualidade de vida igual aos demais.

A sociedade atual vivencia um momento em que reconhece os direitos e deveres que acompanham as pessoas com necessidades especiais; logo se imaginam suas dificuldades e limitações, porém também se deve visar às potencialidades que cada pessoa apresenta. Dessa forma, a tentativa é de superação, visando a uma garantia de direitos iguais para todas as pessoas com necessidades (SILVA; BERGAMO, 2008).

<sup>1</sup> Especialista em Educação Física Inclusiva e Psicomotricidade pela Universidade São Luiz Chapecó; Graduado em Educação Física Licenciatura e Bacharel pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jackson\_adidas\_003@hotmail.com

A partir disso, neste artigo visou-se trazer algumas abordagens sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais, sendo comentada por diversos autores a maneira como eram vistos e tratados pela sociedade. Com o passar dos anos, e já com as políticas de inclusão, vieram grandes conquistas que auxiliaram essas pessoas a ter uma vida digna como os demais, o que ajudou e muito a inclui-los em diversos espaços. Nesse contexto, a finalidade foi buscar diferentes autores e pensamentos sobre a inclusão dessas pessoas tanto em escolas e instituições de ensino superior quanto na sociedade.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O processo de inclusão da pessoa com deficiência sofreu alterações ao longo da história da humanidade. Podemos citar que na Idade Antiga as pessoas que apresentavam algum sinal de deficiência eram isoladas da sociedade, pois se pensava que elas atrapalhavam o desempenho dos que trabalhavam ao seu redor, sendo tratadas como inferiores e incapazes. Aqueles que não eram descartados completamente ocupavam apenas as funções braçais, eram chamados principalmente para a guerra e para a agricultura (ROMERO; SOUZA, 2008).

Segundo Aranha (2001), muito se pensava sobre qual era o tratamento adequado às pessoas com deficiência na Antiguidade, porém pouco se sabia sobre o que se passava realmente e acerca do que acontecia com esses indivíduos. O autor, ainda, comenta que em Esparta os indivíduos fracos e “defeituosos” eram eliminados, sendo descartados desde crianças; a partir do momento que nasciam com alguma deficiência, eram jogados em esgotos e em locais fora do templo.

Santos (2002) comenta que nas sociedades ocidentais, em tempos mais antigos, não havia muitas informações de como as pessoas com deficiência eram tratadas, pois havia um enorme silêncio; ninguém sabia sobre a trajetória desses indivíduos que eram excluídos da sociedade, sem direito a uma vida social, nem econômica.

Conforme Fernandez, Schlesener e Mosquera (2011), a trajetória das pessoas que apresentavam alguma deficiência foi sempre marcada por discriminações, preconceitos e lutas, tanto para defender sua cidadania quanto para enfrentar os desafios que ocorriam nas sociedades. Isso se refletia na forma como a cultura e a educação eram estabelecidas. O autor comenta sobre a cultura da qual o homem faz parte, desenvolvendo-se do mais simples para o mais complexo, baseando-se em ideias e ações, transformando a sociedade na qual está inserido e as relações que nela se inserem.

Em consonância, Guhur (1994, p. 77) afirma que ao longo do regime existiam diversas atitudes e comportamentos referentes às doenças, incapacidades e deficiências dos indivíduos, tornando-se práticas comuns das comunidades eliminá-los em razão das incapacidades que apresentavam; assim, crianças nascidas malformadas, velhos e doentes eram descartados da sociedade. Isso vinha acontecendo cada vez mais, excluindo as pessoas com deficiência das comunidades, as tornando incapazes e inúteis, tendo vez apenas as consideradas “saudáveis” e “normais”.

Com o avanço do tempo, o Cristianismo se propagou e com isso os valores referentes ao amor ao outro, a compaixão e a tolerância, fazendo com que os homens das leis percebessem que as diversas práticas antes realizadas com as pessoas com deficiência necessitavam de alteração, não vendo mais como solução o abandono e o descarte delas.

Diante desse processo histórico demarcado por momentos de opressão e lutas, foram se constituindo as bases legais do processo de inclusão que amparou a pessoa com deficiência e sua singularidade.

## 3 PRESSUPOSTOS LEGAIS DA INCLUSÃO

A partir dos processos vivenciados pelos indivíduos com deficiência e segundo o Decreto n. 3.298/99 que regulamenta a Lei n. 7.853/89, conceitua-se a deficiência como toda perda ou anormalidade na estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para desenvolver as atividades, a partir de um padrão considerado normal para o ser humano, dividindo-se em várias deficiências e conceitos (BRASIL, 1999).

Hoje, no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo 2010, aponta-se a prevalência de diferentes tipos de deficiências e suas características de acordo com o seu grau de severidade. Considera-se que 23,9% da população brasileira possuem pelo menos uma das seguintes deficiências: visual, auditiva, motora e mental.

No País muitas pessoas são discriminadas em razão da deficiência que apresentam, podendo ser excluídas cada dia mais dentro do meio em que vivem. Esse processo de exclusão vem muito antes da própria socialização do ser humano.

Dessa forma, a cada ano ações são realizadas para diminuir a exclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, escolas e universidades, possibilitando a elas o acesso aos recursos que a própria sociedade oferece para todos (MACIEL, 2000).

A inclusão dessas pessoas, segundo Mendes (2006), teve uma mudança a partir da década de 1970, em que as escolas comuns começaram a aceitar as crianças e os adolescentes com alguma deficiência, dando um passo importante nesse processo e que se ampliou e difundiu em 1980 dentro de um contexto mundial. Dessa forma o direito à educação e à inclusão passam a ser mais amplos, visando a leis que amparem todos os indivíduos.

Conforme a Lei n. 13.146/15 (art. 27), a educação é um direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizados ao longo de sua vida, podendo alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, conforme suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A declaração de Salamanca realizada em 1994 fez com que o Governo, com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), concedesse às pessoas com deficiência a oportunidade de interagir com outros indivíduos em escolas e instituições públicas, com intuito de facilitar e possibilitar a comunicação entre eles. Os conselhos das escolas, principalmente os da educação especial, iniciaram a inclusão de alunos com necessidades especiais, paralelamente ao ensino popular. Isso aconteceu até o ano 2000 em que, após tantas influências, a escola começou a observar os alunos, valorizando suas capacidades e habilidades, assim, atendendo à necessidade especial de cada um (ZANFELICI, 2008, p. 255).

Com a Declaração de Salamanca de 1994, a questão da inclusão de alunos com deficiência em escolas de educação básica se intensificou. Várias abordagens e fundamentos teóricos foram incorporados e focados em estudos com ideia de “educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos alunos.” (SANT’ANNA, 2005, p. 227). Com o objetivo de concretizar a educação para todos e uma escola inclusiva, a educação especial passou a ser oportunizada na rede regular de ensino.

Em meados de 1990, com o início das instituições de ensino superior, o País começou seu crescimento dentro de um contexto mundial sobre as pessoas “normais”, passando a atuar por um determinado tempo o princípio de *integração escolar*, até se chegar ao ponto em defesa da *educação inclusiva*. Um dos *deficits* da educação especial no Brasil está relacionado à falta de profissionais qualificados para trabalhar com esses indivíduos, pois alguns profissionais não participam de capacitações ou cursos para se aperfeiçoarem no contexto da educação especial (MENDES, 2006).

Segundo Eidelwein (2005), os professores têm uma grande preocupação, quando se refere ao conhecimento transmitido nas instituições de ensino, observando-se grandes esforços para compreender mais sobre as necessidades de cada um, investindo na educação básica e nas universidades. As pessoas com necessidades especiais precisam buscar conhecimento e ensino, e que a formação para o mercado de trabalho seja transmitida de maneira clara e objetiva; mesmo que fora das instituições isso seja difícil de superar, tentar construir uma vida social e digna é o direito de todos.

“É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores, em seu conjunto e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos.” É necessário buscar mais conhecimentos, mas instrumentos para, assim, possibilitar um ensino melhor e mais dinâmico (MARCHESI, 2004, p. 44).

A partir desses processos estabelecidos como forma de melhor auxiliar as pessoas com deficiência, cabe ressaltar as dificuldades que ainda se apresentam referentes a leis que as amparam nas escolas, sociedade e instituições.

#### **4 AS DIFICULDADES DA MATERIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE INCLUSÃO**

A educação especial passa por um período de extrema importância ao se encontrar com a educação comum, desenvolvendo um movimento denominado educação inclusiva. No entanto esse movimento surgiu mediante transformações que vieram ocorrendo a partir de atitudes sociais e se estabelecendo no decorrer da história, com a mudança no tratamento às pessoas com deficiência (SANTOS, 2002).

Na área da educação, a inclusão vem ganhando destaque por diversos educadores, gestores e psicólogos. O paradigma da inclusão tem como princípio integrar essas pessoas, independentemente de suas condições, sexo, religião, cor, raça e diferenças, de maneira em que possam ter uma aprendizagem igualitária, conforme a necessidade de cada indivíduo (ANTUNES, 2008, p. 188-203).

Nessa perspectiva, os professores apresentam uma grande parte na construção do ensino inclusivo. Apesar de não receberem formação especializada, dependendo da área que atuam, para lidar com tal situação, é necessário construir uma nova visão de ensino e aprendizagem, gerando atitudes favoráveis à inclusão dessas pessoas (OMOTE et al., 2006).

A educação inclusiva para os professores ainda é nova, pois traz muitas vezes angústias, ações e sentimentos de incapacidade em trabalhar com essas pessoas. Por isso é importante discutir sobre a formação de professores para que estejam preparados ou com uma visão de como trabalhar a educação em um sentido mais amplo, diante da diversidade, adquirindo e transmitindo um conhecimento crítico e construtivo (BRIANT; OLIVER, 2012).

Cada indivíduo possui suas necessidades; pessoas com deficiência são da mesma forma. Cada deficiência exige um modo de o professor reagir e modificar a aula para integrar e incluir o aluno. É necessário buscar conhecimento sobre as necessidades especiais dos alunos para que se sintam aceitos e não sejam prejudicados no decorrer das aulas. A Unesco criou uma apostila com explicações simples de como se pode incluir os acadêmicos de forma adequada. Nessa apostila é comentado sobre inclusão de acadêmicos surdos, cegos, com deficiência física e deficiência intelectual (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2014).

É por meio da inclusão que o aluno desenvolve sua linguagem, pensamento, autoestima e socialização de modo que se torne uma pessoa mais independente e que enfrente seus próprios desafios. Muitos apresentam diferentes características; alguns têm mais facilidade e outros possuem mais dificuldade em determinada área. Nesse sentido, precisa-se ter respeito e considerar a aprendizagem do aluno em sua convivência social (SOUZA et al., 2011).

Cada vez mais estão frequentes questões e discussões sobre as políticas educacionais relacionadas à inclusão de pessoas consideradas “diferentes” pela sociedade. O que se deve fazer e por onde iniciar são alguns pontos a ser questionados na busca por um espaço onde não exista a diferença, tanto dentro das instituições de ensino quanto fora delas (ENRICONE; GOLDBERG, 2007, p. 117).

A Educação Especial está inserida nas universidades, sendo estas responsáveis pela educação de pessoas com necessidades especiais, com objetivo da inclusão desses alunos com deficiência física, mental, sensorial, motora, etc. A partir das políticas de inclusão, pode-se observar uma maior preparação dos profissionais, que buscam cursos de formação da área acadêmica para receberem seus alunos (CASTANHO; FREITAS, 2006, p. 93-99).

A inclusão para o ensino superior está fundamentada em algumas normas que visam atender às pessoas com deficiências, tendo como referência as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, as quais são uma base para se atuar e desenvolver o ensino com essas pessoas (PACHECO; COSTAS, 2006).

Segundo Eidelwein (2005), ao acesso desses alunos nas universidades precisam ser tomadas ações para não apenas ingressarem nas instituições e, sim, fazer com que aprendam, transmitindo conhecimento dentro de suas necessidades individuais. Essa inclusão ocorre quando professores e pessoas do meio (acadêmicos), movimentam-se e se adaptam às necessidades de cada aluno, fazendo com que se sintam parte da sociedade dentro e fora das universidades.

Cabe ressaltar também que a inclusão das pessoas com deficiência deve acontecer em todos os espaços públicos, como parques e escolas, ou privados, como instituições de ensino, empresas, etc. Mas, principalmente quando se refere às famílias, ela deve ser a base para a inclusão dessas pessoas dentro da sociedade, pois precisam desse apoio para juntos conseguirem construir um universo mais igualitário sem diferenças e exclusão.

## 5 ESCRITAS FINAIS

Ao concluir o presente artigo se nota um grande avanço desde quando se iniciaram os primeiros passos para a inclusão das pessoas com necessidades especiais, já que eram vistas como “diferentes” pela sociedade em geral, pois não apresentavam nenhuma utilidade para ela.

No decorrer dos anos essas diferenças foram se tornando cada vez menos frequentes; em razão das ações e congressos voltados para políticas de inclusão, as pessoas começaram a ter outra visão, percebendo a importância de integrar esses indivíduos no meio em que vivem. Contudo vieram as leis e estatutos para as pessoas com necessidades especiais que também auxiliaram e ajudaram muito a sua não exclusão na sociedade em virtude de tais deficiências.

É importante ressaltar o grande passo que essas pessoas conseguiram dar diante das circunstâncias que já passaram; muito foi e ainda é conquistado por esses indivíduos. A exclusão, muitas vezes, poderá acontecer se tratando de um país onde o preconceito ainda existe, como no Brasil. Porém nos dias atuais as pessoas com necessidades especiais

podem ter uma vida social mais igualitária dentro de sua comunidade, podendo ir e vir sem que possam ser impedidos por “outros”. Isso é essencial e importante para a construção de um país mais humano e justo.

***The justice Unoesc of Conviver Cartilha and its relations with the inclusion process of the disabled person***

***Abstract***

*This article presents an analysis of the process of inclusion of people with disabilities in higher education, process and subjects that have become the scope of the debates on inclusion, teaching and learning. It should be noted that several researches on the inclusion process, developed throughout history, aimed to analyze and demonstrate the socialization aspect of people with disabilities and their relationships with the social environment, especially in teaching environments. In this sense, the objective of this study was to analyze, besides the socialization aspect, relevant aspects in the face of the teaching and learning process of the University of the West of Santa Catarina (Unoesc). The analysis takes as reference the guiding materials of the inclusion of Unoesc, namely, the booklet Unoesc de Conviver. The results indicate that the guiding material of Unoesc subsidizes teachers' practices and guides them in the teaching process of disabled students. In addition, it guides the design and organization of education.*

*Keywords: Inclusion Higher education. Teaching and learning. Shortcomings. Guidance materials.*

**REFERÊNCIAS**

- ANTUNES, K. C. V. Uma leitura crítica da construção do espaço escolar à luz do paradigma da inclusão. **Inter-Meio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 14, n. 28, p. 188-203, jul./dez. 2008.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano 11, n. 21, p. 160-173, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- BATTISTELLA, L. R. **Conceito de deficiência segundo a Convenção da ONU e os critérios da CIF**. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São Paulo. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1999.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2017.
- BRIANT, P. E. M.; OLIVER, C. F. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 141-154, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n1/a10v18n1.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.
- CASTANHO, M. D.; FREITAS, N. S. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 93-99, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4350/pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- EIDELWEIN, M. P. Pedagogia universitária voltada à formação de professores na temática da inclusão. **Revista do Centro de Educação**, n. 26, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4402/2576>>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- ENRICONE, B. R. J.; GOLDBERG, K. **Necessidades educativas especiais**: subsídios para a prática educativa. Erechim: EdiFapes, 2007.
- FERNANDES, B. L.; SCHLESENER, A.; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v. 2, p. 132-144, 2011. Disponível em: <[http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM\\_Volume\\_02/Art08\\_NEPIM\\_Vol02\\_BreveHistoricoDeficiencia.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2017.

GUHUR, M. de L. P. A representação da deficiência mental humana na perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 1, n. 2, 1994. Disponível em: <[http://www.abpee.net/homepageabpee04\\_06/artigos\\_em\\_pdf/revista2numero1pdf/r2\\_art07.pdf](http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista2numero1pdf/r2_art07.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2017.

MACIEL, C. R. M. Portadores de deficiência: a questão da inclusão. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Sumus, 2015. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OpxxBgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=a+inclus%C3%A3o+segundo+mantoan&ots=YYFr1YsnzO&sig=3Az73v\\_cHopVimEm7St5y5tGlc#v=onepage&q=a%20inclus%C3%A3o%20segundo%20mantoan&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OpxxBgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=a+inclus%C3%A3o+segundo+mantoan&ots=YYFr1YsnzO&sig=3Az73v_cHopVimEm7St5y5tGlc#v=onepage&q=a%20inclus%C3%A3o%20segundo%20mantoan&f=false)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MARCHESI, Á. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, G. E. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

OLIVEIRA, B. M. L. **Cartilha do Censo 2010. Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

OMOTE, S. et al. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. **Departamento de Educação Especial - FFC/UNESP**, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v15n32/08.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

PACHECO, V. R.; COSTAS, T. A. F. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 151-167, 2006. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01/a12.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PLETSCH, D. M. A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiência. **Revista Teias**, v. 12, n. 24, p. 39-55, jan./abr. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/aline/Downloads/24189-77040-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

ROMERO, R. A. S.; SOUZA, S. B. de. **Educação inclusiva: Alguns marcos históricos que produziram a educação atual**. 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447\\_408.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2017.

SANT'ANA, I. M. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SILVA, J. R.; BERGAMO, R. B. **A percepção de diferentes autores que atuam no cenário da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/977\\_818.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/977_818.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SANTOS, dos B. J. Educação e Contemporaneidade. **Revista da FAEEDA**, Salvador, v. 11, n. 17, 2002. Disponível em: <<http://i0.statig.com.br/educacao/revista-faceba.pdf#page=27>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Orientações sobre o jeito de cada um conviver**. Organizadores Regina Oneda Mello, Mara Regina Heberle. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2014.

SOUZA, J. de A.; PASSOS, B. M. C.; LISBOA, Santos dos Geise, SOUSA de Santos Luciene, CARNEIRO, Brasil Cana Telmária, 2011. **A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do docente em lidar com isso**. Disponível em: <[http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/INCLUSAO\\_CRIANCAS\\_PORT\\_NEC\\_ESPECIAIS.pdf](http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/INCLUSAO_CRIANCAS_PORT_NEC_ESPECIAIS.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2017.

ZANFELICI, O. T. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 253-256, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a17.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2017.